



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
FACULDADE UNB PLANALTINA – FUP  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**FERNANDA RODRIGUES CONDES**

**A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR A  
PARTIR DOS PRINCÍPIOS DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR:  
UM ESTUDO NA ESCOLA PROFESSORA MARIA DAS DORES BARBOSA DE  
QUEIROZ (FORMOSA-GO)**

PLANALTINA-DF

2019

Fernanda Rodrigues Condes

**A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO  
ESCOLAR A PARTIR DOS PRINCÍPIOS DA SOBERANIA E SEGURANÇA  
ALIMENTAR: UM ESTUDO NA ESCOLA PROFESSORA MARIA  
DAS DORES BARBOSA DE QUEIROZ (FORMOSA-GO)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em Educação do Campo, com Habilitação na área de Linguagem.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juliana Rochet

PLANALTINA-DF

2019

Fernanda Rodrigues condes

**A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO  
ESCOLAR A PARTIR DOS PRINCÍPIOS DA SOBERANIA E SEGURANÇA  
ALIMENTAR: UM ESTUDO NA ESCOLA PROFESSORA MARIA  
DAS DORES BARBOSA DE QUEIROZ (FORMOSA-GO)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em Educação do Campo, com habilitação na Área de Linguagens.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Juliana Rochet (Orientadora)  
Universidade de Brasília (UnB)

---

Profa. Dra. Osanette de Medeiros (Examinadora)  
Universidade de Brasília (UnB)

---

Prof. Dr. Rafael Litvin Villas Bôas (Examinador)  
Universidade de Brasília (UnB)

PLANALTINA- DF

2019

A Gilma Teixeira,  
A minha mãe Eulane Rodrigues  
A minha irmã Leidiane Condes  
E aos meus filhos Isaac e Allanna Laura

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por permitir que o meu sonho de cursar o ensino superior numa universidade pública se realizasse, pela saúde e força para superar as dificuldades, por ter colocado em meu caminho pessoas tão especiais, que me deram apoio antes e durante o curso da LEdoC.

Ao corpo que compõe a universidade pelo acolhimento, aos que pensaram num curso para as pessoas do campo e a elas deram o mínimo de suporte, aos que dedicaram sua vida para que a educação seja um instrumento de transformação social.

Aos professores, por todos os ensinamentos, pela dedicação em formar intelectuais orgânicos, capazes de transformar a si mesmo e o meio em que vivem, por formar pessoas emancipadas, capazes de questionar a realidade.

Agradeço a minha orientadora, professora Juliana Rochet, pela disponibilidade, pelo incentivo, pelos ensinamentos e pela paciência de me orientar.

Ao Prof. Dr. Rafael Litvin Villas Boas e a Prof. Osanette de Medeiros por fazerem parte da minha banca examinadora, e pela contribuição durante a minha formação.

Agradeço imensamente a diretora da escola Maria das Dores, Gilma Teixeira, devo a conclusão desse curso a ela. Durante esses quatro anos ela fez toda a diferença em minha vida, não fosse por ela penso que não teria nem iniciado o curso.

A minha mãe, Eulane Rodrigues, pela preocupação comigo e com os meus filhos. E aos meus filhos, Isaac e Allanna, por terem enfrentado a saudade e as dificuldades de ficar longe de mim, mesmo com tão pouca idade, a eles peço perdão por não poder vivenciar alguns períodos de suas vidas.

Gratidão aos meus colegas de trabalho, Nadilene, Ivonete, Maria Aparecida, D. Cida, Igor, Tarley, Luiza e Vera, por compreenderem a minha ausência.

Aos meus colegas de faculdade, em especial, aos que estiveram sempre ao meu lado, me incentivando, me dando força, tornando os dias de aula mais felizes, Claudia Barbosa, Daiane Martins, Danilo Magalhães e Marília Gáspio, sem eles seria bem mais difícil enfrentar mais de cinquenta dias de aula em período integral, longe de casa e da família, por isso agradeço imensamente a presença de cada um em minha vida.

A todos que fizeram parte desse ciclo, meu muito obrigado!

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”

José de Alencar

## LISTA DE SIGLAS

AF	Agricultura Familiar
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DAP	Departamento de Aptidão ao PRONAF
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
LEDOC	Licenciatura em Educação do Campo
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
PNSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
MEMORIAL: MINHA RELAÇÃO COM O CAMPO, COM O CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E COM O TEMA DE PESQUISA .....	16
ABORDAGEM METODOLÓGICA E TERRITÓRIO DE ESTUDO .....	19
CAPÍTULO 1 – A RELAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR COM O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E COM OS PRINCÍPIOS DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	25
CAPÍTULO 2 – O PNAE E A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE FORMOSA (GO) .....	30
2.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SEU FUNCIONAMENTO .....	30
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM FORMOSA-GO .....	34
CAPÍTULO 3 – A REALIDADE DA ESCOLA PROFESSORA MARIA DAS DORES BARBOSA DE QUAIROZ: MAIOR VARIEDADE E QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR A PARTIR DA INSERÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	42
REFERÊNCIAS.....	44



## **RESUMO**

A lei 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, foi de suma importância para o fortalecimento da agricultura familiar, que passou a fazer parte da alimentação de muitas escolas. A lei determinou que 30% do valor repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na aquisição de produtos regionais de pequenos produtores agrícolas ou de suas organizações. Essa porcentagem foi alcançada pelo município de Formosa- GO, embora poucos produtores façam parte dessa realidade: apenas uma cooperativa e três produtores individuais participam do PNAE em razão de problemas com a documentação para ingresso no Programa ou mesmo por falta de informações. Pretende-se com este trabalho conhecer, a partir dos princípios da soberania e da segurança alimentar e nutricional, a repercussão da compra de alimentos da agricultura familiar na qualidade da alimentação escolar na Escola Maria das Dores Barbosa de Queiroz (Formosa-GO). Para isso, buscou-se realizar revisão bibliográfica e pesquisa de campo de abordagem qualitativa baseada nas técnicas de grupo focal, observação participante, além de entrevistas semiestruturadas com estudantes do ensino fundamental I, com representantes da Secretaria de Educação e agricultores familiares. Como resultado, foi possível observar que a alimentação na escola analisada passou a ser mais saudável com a aquisição dos alimentos da agricultura familiar. Entretanto, no município, as políticas públicas para a garantia da segurança alimentar ainda são falhas no diz respeito à educação alimentar e nutricional divulgação.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, alimentação escolar, soberania e segurança alimentar, políticas públicas.

## INTRODUÇÃO

Segundo dados do Ministério da Saúde (Brasil, Vigitel Brasil 2017), a obesidade cresceu quase 60% no Brasil em dez anos, passando de 11,8%, em 2006, para 18,9%, em 2016. Um país que lutava para combater a fome, agora luta para combater o excesso de peso, que subiu de 42,6% para 53,8%, no mesmo período. O aumento da obesidade em todo o mundo é uma preocupação da Organização Mundial da Saúde, que prevê um surto epidêmico da doença. Os dados mostram ainda que a obesidade atinge quase 20% dos brasileiros. Já o sobrepeso atinge mais da metade da população (54%).

Entre os jovens, a obesidade aumentou 110% entre 2007 e 2017. Esse índice foi quase o dobro da média nas demais faixas etárias (60%). O crescimento foi menor nas faixas de 45 a 54 anos (45%), 55 a 64 anos (26%) e acima de 65 anos (26%), é o que mostra a pesquisa do Ministério da Saúde (Brasil, Vigitel Brasil 2017).

As principais doenças que atualmente acometem os brasileiros deixaram de ser agudas e passaram a ser crônicas. Apesar da intensa redução da desnutrição em crianças, as deficiências de micronutrientes e a desnutrição crônica ainda são prevalentes em grupos vulneráveis da população, como em indígenas, quilombolas, crianças e mulheres que vivem em áreas vulneráveis. Simultaneamente, o Brasil vem enfrentando aumento expressivo do sobrepeso e da obesidade em todas as faixas etárias, e as doenças crônicas são a principal causa de morte entre adultos. O excesso de peso acomete um em cada dois adultos e uma em cada três crianças brasileiras. (Brasil, 2014 p. 5)

Esse quadro compreende dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais e está diretamente relacionado à configuração do sistema agroalimentar nacional e internacional, e também a um modelo de produção de alimentos centrado na exclusão e na desigualdade do acesso à terra, à água, às sementes, à assistência técnica, aos meios de produção e de distribuição de alimentos.

O sistema agroalimentar é aqui compreendido como o processo que abrange desde o acesso à terra, à água, à agrobiodiversidade e aos meios de produção, as formas de processamento, de abastecimento, de comercialização e de distribuição;

a escolha e consumo dos alimentos, incluindo as práticas alimentares individuais e coletivas, até a geração e a destinação de resíduos.

Nesse sentido, é preciso fortalecer o sentido e a prática de uma alimentação adequada e saudável em relação direta com o modelo de produção de alimentos por meio de um processo democrático de planejamento de políticas, programas e ações públicas garantidoras de direitos sociais, e da promoção de ações educativas na área da alimentação e nutrição no País.

A alimentação adequada e saudável é a realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, pautada no referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação, prazer (sabor), às dimensões de gênero e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livres de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados (CONSEA NACIONAL, 2007).

Essa definição, construída ao longo das conferências de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e que foi sistematizada no Relatório Final do Grupo de Trabalho do Consea Nacional (2007), é clara ao expandir os atributos biológicos do alimento em direção aos preceitos sociais, políticos e ambientais conjuntamente envolvidos na realização de uma alimentação sadia.

A construção desse modo de alimentar-se ocorre por meio de processos dialogados, educativos e participativos, capazes de dar conta da inclusão dos sujeitos e das coletividades do campo e da cidade, considerando suas diferenças (classe, gênero, raça/etnia, região) como parte importante no processo.

Nesse contexto, a escola pode constituir-se um importante território de ensino-aprendizagem sobre a comida e o alimento, atuando na valorização da culinária como prática emancipatória em diálogo com os processos de produção, abastecimento e transformação dos alimentos.

(...) a Alimentação Escolar disciplinada pela lei nº 11.947/2009 inclui a educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. (Araki, 2013, p.3)

É de fundamental importância que os estudantes e a comunidade escolar desenvolvam hábitos alimentares saudáveis, ingerindo frutas, verduras e hortaliças. Afinal, se os estudantes frequentam a escola diariamente, a alimentação escolar faz parte da vida dos mesmos.

No entanto, alimentos saudáveis e variados não eram tão frequentes nas escolas, as crianças se alimentavam com enlatados e comidas processadas cheias de conservantes. Essa também era a realidade de estudantes da Escola Professora Maria das Dores Barbosa de Queiroz, situada no Município de Formosa-Goiás. A situação começou a se alterar a partir de 2010, com a inserção da agricultura familiar na alimentação escolar.

A escola passou a receber alimentos da agricultura familiar no ano seguinte a aprovação da Lei nº 11.947/2009, que determina no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de alimentos diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.

A conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar fundamenta-se nas diretrizes seguintes estabelecidas pela mesma Lei (FNDE, 2019b):

- Ao emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e;
- Ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar.

A junção entre alimentação escolar e agricultura, familiar tem promovido uma importante transformação na alimentação escolar, permitindo que alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos diretamente pela agricultura familiar, possam ser consumidos diariamente pelos alunos das escolas (FNDE, 2019b).

Ao comprar alimentos de agricultores familiares, o PNAE cria um mercado institucional para a agricultura familiar, que representa 70 % da produção de alimentos consumida no Brasil (Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2019), eliminando atravessadores. Além disso, contribui para a distribuição de renda e para a garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional nos municípios e estados brasileiros.

A Segurança Alimentar e Nutricional é, ao mesmo tempo, uma estratégia e um conjunto de ações intersetoriais e participativas. De acordo com o artigo 3º da Lei 11.346/2006, consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

A partir dessa definição, construída democraticamente com participação do governo e da sociedade civil brasileira a partir da atuação de movimentos sociais do campo e da cidade, entende-se que o modelo de produção e consumo de alimentos é fundamental para garantia de segurança alimentar e nutricional, pois, para além da fome, há insegurança alimentar e nutricional relacionada à produção de alimentos sem respeito ao meio ambiente, aos direitos dos trabalhadores/as do campo e consumidores/as (CONSEA NACIONAL, 2019).

Não é possível falar de segurança alimentar e nutricional sem a garantia de acesso à terra urbana e rural e território, aos bens da natureza, incluindo as sementes, de acesso à água para consumo e produção de alimentos; sem a garantia de serviços públicos adequados de saúde, educação, transporte, de ações de prevenção e controle da obesidade, de fortalecimento da agricultura familiar e da produção orgânica e agroecológica; sem a proteção dos sistemas agroextrativistas e

de ações específicas para povos indígenas, populações negras, quilombolas e povos e comunidades tradicionais.

A soberania alimentar, por sua vez, é um princípio fundamental para a garantia de segurança alimentar e nutricional e diz respeito ao direito que tem os povos de definirem as políticas, com autonomia sobre o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir. Soberania alimentar significa garantir a soberania dos agricultores e agricultoras, extrativistas, pescadores e pescadoras, entre outros grupos, sobre sua cultura e sobre os bens da natureza (CONSEA NACIONAL, 2019). *“Para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos”* (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 714).

A partir de 2010, com a inserção de alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar, estudantes, professores e técnicos da Escola Professora Maria das Dores Barbosa de Queiroz passaram a consumir menos alimentos industrializados e mais alimentos frescos e variados, que respeitam a vocação produtiva e os hábitos alimentares locais, com potenciais repercussões na garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional da comunidade escolar.

Diante desse cenário, este trabalho teve como objetivo geral conhecer, a partir dos princípios da soberania e segurança alimentar e nutricional, a repercussão da compra de alimentos da agricultura familiar na qualidade da alimentação escolar na Escola Maria das Dores Barbosa de Queiroz (Formosa – GO).

Foram os objetivos específicos da pesquisa: conhecer a partir da perspectiva dos (as) gestores (as) escolares e danutricionista da escola, como vem ocorrendo o processo de compra da agricultura familiar local para a alimentação escolar por meio do PNAE; Conhecer a visão das merendeiras da escola sobre a qualidade da alimentação ofertada para os(as) educandos(as) e sua relação com a aquisição dos alimentos da agricultura familiar; Conhecer a visão dos (as) educandos (as) sobre a qualidade da alimentação ofertada na escola.

O presente texto está dividido em três capítulos, além desta Introdução, do Memorial e da Abordagem metodológica. O primeiro enfoca a relação da agricultura familiar com o Direito Humano à Alimentação e com os princípios da Soberania e da

Segurança Alimentar e Nutricional. O segundo aborda a relação do PNAE com agricultura familiar no município de Formosa. O terceiro capítulo apresenta a realidade da alimentação escolar na Escola Maria das Dores Barbosa de Queiroz.

## **MEMORIAL: MINHA RELAÇÃO COM O CAMPO, COM O CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E COM O TEMA DE PESQUISA**

Eu me chamo Fernanda Rodrigues Condes, tenho 29 anos, sou natural de Bom Jesus da Lapa – BA. Atualmente moro na zona urbana de Formosa-Go, mas por muito tempo morei na zona rural e confesso ter muita saudade. Um lugar onde vivíamos “sem pressa”, onde produzíamos praticamente tudo o que consumíamos. Alimentos saudáveis, livre de agrotóxicos.

Como diz Michael Pollan em seu livro “Em Defesa da Comida” (2008), o caminho para recuperar a nossa saúde e nossa felicidade com o ato de comer, basicamente, se resume em cozinhar mais, não comer industrializados e restabelecer uma conexão com a comida, apenas comida de verdade. Para o autor, comida de verdade é aquela que cozinhamos, aquela que nossas avós reconheceriam como comida e que dispensava rótulos com as porcentagens de adição de substâncias benéficas, nutrientes, teor calórico ou índices de gorduras.

Devemos conhecer a origem de nossos alimentos, para garantir que sejam de boa procedência. E isso acontecia quando eu e minha família morávamos na zona rural. Mas infelizmente não tínhamos oportunidade de continuar no campo, pois não havia oferta de emprego para os meus pais, nem irmãos mais velhos; o que produzíamos era para consumo próprio e para os poucos animais que tínhamos, não tínhamos condições financeira para plantar em grande quantidade, nem tampouco transportar a produção para ser comercializada em outros locais. Outro fator que nos forçou a sair do campo foi a Escola, que não ofertava nível de escolaridade maior que o ensino fundamental, tivemos que concluir os estudos na cidade.

Em 2003 partimos pra cidade, fomos para o Paranoá-DF, mais precisamente para o Itapoã, que naquela época ainda era um acampamento. Passamos por muitas dificuldades, fomos retirados várias vezes dos barracos onde morávamos, mas após muita persistência conseguimos um lote para construir nossa casa. Morei no Itapoã por 8 anos, e as vezes em outras cidades do DF também, quando trabalhava em casa de família e tinha que morar nas mesmas.



Casei-me e voltei novamente para a zona rural, dessa vez para São Vicente - Flores de Goiás, um dos maiores assentamentos da América Latina. Porém, o meu tempo por lá foi bem curto, em 2013 eu já estava de volta ao Distrito Federal. Meu casamento não resistiu e voltei para o Itapoã, eu e meu filho Isaac. A partir daí as dificuldades foram muitas, com um filho para cuidar sem o pai por perto. Não foi nada fácil e o sonho de cursar a universidade foi adiado mais uma vez.

Fortaleci meu vínculo com o campo por meio do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) da Universidade de Brasília, no qual ingressei em 2015, após 8 anos fora da sala de aula. Dessa vez, pude iniciar um grande sonho que tivesse relação com a minha realidade, fazer um curso que me formaria para a vida.

Nessa mesma época (2015), eu também fui aprovada no concurso da prefeitura de Formosa para o cargo de agente de serviço de higiene e alimentação. Depois de uma época muito difícil, sem um emprego fixo, esse concurso significava muito para mim. Havia alcançado duas coisas tão sonhadas, porém com uma complicação: como eu iria estudar em período integral e trabalhar ao mesmo tempo?

Eu não poderia, e foi aí que a diretora da escola Maria das Dores fez toda diferença. Comecei o curso, mas cada etapa que se aproximava era uma incerteza, me ausentar do trabalho, mesmo que para estudar, não era permitido. Ao consultar a Secretaria de Educação sobre as possibilidades, recebi a resposta de que o curso que eu estava fazendo não contribuiria para o meu cargo, ou seja, para aqueles(as) trabalhadores(as) que lidam com higiene e alimentação, não haveria necessidade de ter uma formação superior e de obter novos conhecimentos.

Por ser um curso com regime de alternância, e em tempo integral, seria quase impossível conciliar os dois, porém a minha vontade de cursar o ensino superior falou mais alto e, numa conversa com uma colega de trabalho (já na escola onde assumi o concurso) surgiu a oportunidade de ir para faculdade deixando uma substituta.

Estava grávida de cinco meses quando comecei a primeira etapa do curso, mas esse não foi um motivo para que eu interrompesse meus estudos. Dois dias

depois de finalizar o segundo semestre minha filha nasceu, Allanna, minha guerreira.

A partir daí, a situação ficou um pouco mais difícil, porém com um motivo maior para que eu enfrentasse as dificuldades. Conciliar trabalho, faculdade, afazeres domésticos e filhos não era nada fácil, mas pouco a pouco fui vencendo cada fase. Claro que nem sempre estava presente em todas as aulas e principalmente nas atividades noturnas. Em algumas etapas eu praticamente voltava para casa todos os dias, para estar com os filhos ou para trabalhar.

Meu trabalho na escola, diretamente com a “merenda”, me fez observar aspectos relacionados à alimentação dos estudantes. Observando que havia diversidade de alimentos e que o lanche não era o mesmo que havia conhecido anos atrás, certa vez perguntei a um dos entregadores de onde vinham àquelas frutas e verduras que chegavam à escola toda semana. Ele então respondeu que vinha de uma cooperativa que participava do programa do PNAE.

Posteriormente, quando chegou o momento da escolha do tema para o TCC, me veio uma indagação: *porque não pesquisar sobre a agricultura familiar e alimentação escolar?* O fato de ter vindo de uma família de produtores rurais, que quase sempre viveu no campo, produzindo boa parte do que consumia e que não produzia em maior quantidade justamente pelas dificuldades de não ter para quem vender, e também meu atual trabalho na Escola Maria das Dores Barbosa de Queiroz, foram os fatores que me motivaram na escolha da pesquisa.

## **ABORDAGEM METODOLÓGICA E TERRITÓRIO DE ESTUDO**

Este trabalho teve como foco a repercussão da compra de alimentos da agricultura familiar na qualidade de alimentação da Escola Maria das Dores Barbosa de Queiroz (Formosa-GO) por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Pretende-se conhecer a visão dos estudantes e dos responsáveis pela alimentação, o ponto de vista deles sobre a aquisição de produtos alimentícios da agricultura familiar e sua relação com a garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional.

A Escola Maria das Dores Barbosa de Queiroz atende a educação infantil (pré – escola) e ensino fundamental (anos iniciais), está situada no bairro Vila Verde, em Formosa Goiás. Possui 6 salas de aula, 31 funcionários, (8 agentes de higiene e alimentação e 23 professores) 348 estudantes, além de laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para Atendimentos Educacionais Especializados (AEE), cozinha, banheiro dentro do prédio, banheiro adequado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala de secretaria, despensa e pátio coberto.

A pesquisa seguiu a abordagem qualitativa de aproximação com a realidade. A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Envolve sim a obtenção de informação sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto da pesquisadora com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, dos participantes da situação em estudo (LAKATOS, 2003).

Buscando obter diversas opiniões sobre a distribuição dos alimentos produzidos pela agricultura familiar para a alimentação escolar, foram entrevistados a gestora pública escolar, quatro merendeiras, uma nutricionista da Secretaria de Educação, dez estudantes da escola em questão, além de dois representantes da agricultura familiar.

As imagens dos estudantes expostas no decorrer do trabalho foram devidamente autorizadas pelos responsáveis legais no ato da matrícula.

A pesquisa se valeu das técnicas de grupo focal, observação participante e entrevistas semiestruturadas (LAKATOS, 2003).

### **Observação participante**

É uma técnica de investigação social em que o observador partilha, na medida em que as circunstâncias o permitam, as atividades, as ocasiões, os interesses e os afetos de um grupo de pessoas ou de uma comunidade. Assim como o próprio nome diz, a observação participante é um tipo de técnica onde o observador interage (participa) com as demais pessoas que farão parte da pesquisa.

### **Grupos focais**

Consiste num método de pesquisa qualitativa, que coleta informações sobre o comportamento e a opinião dos participantes. Ele permite ao entrevistador observar a interação entre os diferentes sujeitos de pesquisa.

### **Entrevistas semiestruturadas**

Nas entrevistas semiestruturadas, a entrevistadora parte de um conjunto de questões pré-definidas numa espécie de conversa na qual a ordem das questões não precisa ser exatamente a mesma e outras questões podem ser levantadas no decorrer da entrevista.

Abaixo são apresentados os roteiros de entrevistas e de grupo focal utilizado na pesquisa.

#### **Roteiro da entrevista semiestruturada com a gestora escolar, nutricionista/coordenadora de merenda e merendeira:**

- Qual a sua formação?
- Qual sua trajetória profissional?
- Desde quando trabalha no colégio?
- Você sabe a partir de quando começou o processo de compra da agricultura familiar para a alimentação escolar?
- Como foi esse processo (pontos positivos e negativos)?
- Como é montado o cardápio escolar? A nutricionista ou coordenadora da merenda conversa com os agricultores antes de elaborar este cardápio?

- Atualmente, quais alimentos são adquiridos da agricultura familiar (alimentos in natura; produtos artesanais; produtos industrializados)?
- Qual a periodicidade da entrega? Há atrasos ou faltas?
- Como você avalia a qualidade dos alimentos que chegam da agricultura familiar na escola? São variados? São frescos?
- Em sua opinião, o que mudou na alimentação escolar depois da aquisição dos alimentos da agricultura familiar?
- O que melhorou? O que pode ser aperfeiçoado?
- Houve diversificação de receitas e novas preparações culinárias?
- Qual a aceitabilidade dos estudantes e da comunidade escolar em relação ao cardápio?
- O que mudou nesta aceitabilidade após a aquisição dos produtos da agricultura familiar?

**Roteiro do grupo focal com os/as estudantes:**

- Qual o prato preferido de vocês?
- O que vocês acham do lanche da escola?
- É gostoso?
- É sempre a mesma coisa ou tem variedade?
- O que vocês mais gostam no lanche?
- O que vocês gostariam que mudasse?
- O lanche sustenta? A quantidade é suficiente?
- Vocês sabem que parte dos alimentos usados no lanche vem da agricultura familiar? O que acham disso?
- Vocês sentiram alguma mudança no lanche nos últimos tempos? Quais?
- Essas mudanças foram boas ou ruins? Explicar.
- Existe algum espaço durante as aulas para vocês conversarem sobre alimentação, dentro e fora da sala de aula? Em que disciplinas? Como são essas conversas?

Após a apresentação final desta pesquisa na Universidade, pretende-se dar uma devolutiva dos resultados obtidos para a comunidade escolar.

Fotos da Escola Maria das Dores Barbosa de Queiroz (Formosa-GO)



Fotos: Fernanda Condes

## O Município de Formosa – GO

Formosa está situada no entorno do DF, localizada a 80 quilômetros de Brasília e a 282 km de Goiânia. Possui 119.506 habitantes segundo o último censo do IBGE. A criação do município de Formosa deu-se em 1º de agosto de 1843, com o nome de Vila Formosa da Imperatriz. Posteriormente foi alterado para Formosa.

O município de Formosa é conhecido também como "Berço das Águas" por estar cercado pelas nascentes de três das maiores bacias hidrográficas da América do Sul.



Salto do Itiquira em Formosa

Formosa possui importante riqueza natural, com muitas cachoeiras, dentre elas destaca-se a Cachoeira do Itiquira. Localizada a 34 quilômetros do centro da cidade, é umas das mais altas da América Latina, com 168 metros de altura de queda livre.

Possui um campus da Universidade Estadual de Goiás (UEG) que oferece os cursos de Licenciatura em Geografia, História, Química, Matemática, Letras e Pedagogia, além de Pós-Graduação. Possui também um campus do Instituto Federal de Goiás (IFG) que oferece cursos superiores de Bacharelado em Engenharia Civil, Licenciaturas em Ciências Biológicas e em Ciências Sociais, e curso técnico em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Possui ainda fauldades privadas, com destaque para a Faculdade de Rio Verde, que oferece o curso de medicina.

Para o ensino médio, o campus do IFG oferece também cursos profissionalizantes integrados ao ensino médio em duas modalidades: tempo integral (Biotecnologia e Saneamento) e na modalidade Educação de Jovens e Adultos (Manutenção e Suporte em Informática e Edificações), ofertados no turno noturno. As escolas privadas e as públicas estaduais também oferecem o ensino médio. O Ensino fundamental é ofertado pelas redes públicas municipais e estaduais, além das instituições privadas.

O município é cercado por grandes fazendas e também por pequenos produtores, muitos desses trabalham em família, obtendo renda através de sua própria produção, ou seja, da agricultura familiar.



## **CAPÍTULO 1 – A RELAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR COM O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E COM OS PRINCÍPIOS DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

O Direito Humano à Alimentação é um direito social<sup>1</sup> recentemente garantido na Constituição Federal, após a Emenda Constitucional 064/2010. A partir de sua criação, cada pessoa passa a ser um sujeito (titular) de direito e não um mero beneficiário de políticas públicas de alimentação. O Estado deve adotar todas as medidas necessárias, principalmente a elaboração de instrumentos legais, para concretizar esse direito humano sob pena de ser responsabilizado por casos de violação.

Por isso, a realização desse direito demanda a adoção contínua de políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição, acesso, consumo de alimentos seguros e de qualidade, promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável em todos os níveis federativos. A garantia da Segurança Alimentar e Nutricional é, portanto, uma das dimensões indissociáveis da proteção e efetivação do Direito Humano à Alimentação.

Como mencionado anteriormente, o Estado brasileiro tem a obrigação de garantir o acesso e qualidade dos alimentos. De acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (11.346/2006):

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável.

Entede-se que a soberania alimentar é um princípio norteador para a garantia de segurança alimentar e nutricional.

---

<sup>1</sup> Artigo 6º- São direitos sociais, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa constituição.

A soberania alimentar é um conceito de grande importância para a garantia do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional. Relaciona-se ao direito dos povos de decidir sobre o que produzir e consumir. Dessa forma, importa à soberania alimentar a autonomia e as condições de vida e de trabalho dos agricultores familiares e camponeses, o que se reflete na produção de alimentos de qualidade, seguros, diversos, ambientalmente sustentáveis e adequados à cultura local. Esse conceito é também relevante no que diz respeito à soberania das nações e sua autossuficiência com relação aos alimentos para consumo interno. Remete, ainda, à preservação de sementes tradicionais (crioulas) e da biodiversidade agrícola, além da valorização de cultura e hábitos alimentares de diversas populações ( ABRANDH, 2013, p. 19).

Para Stedile e Carvalho (2013), a Soberania Alimentar é o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações a fim de garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local (...), parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessário para produzir seus próprios alimentos.

Essa breve revisão conceitual permite elaborar o argumento de que a garantia da Soberania e da Segurança Alimentar está organicamente vinculada ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Isso porque a agricultura familiar<sup>2</sup>, em especial a de origem orgânica e agroecológica, utiliza um modo de produção socialmente e ambientalmente sustentável, contando com uma produção diversificada, adaptada às diferentes paisagens agrícolas, condições climáticas e assegurando a guarda de sementes crioulas.

Nesses termos, agricultura familiar constitui a grande guardiã da agrobiodiversidade e dos saberes e práticas socialmente e ambientalmente justas de

---

<sup>2</sup> Conforme a Lei nº 11.326/2006, agricultores familiares são aqueles que praticam atividades no meio rural, possuem área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família e renda vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento por parentes. Também entram nesta classificação silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária.

produção de alimentos, seja dos povos da floresta, do cerrado, dos grupos de homens e mulheres camponeses, entre outros.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006 (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2019), a agricultura familiar é a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Responde por 35% do produto interno bruto nacional e absorve 40% da população economicamente ativa do país. O setor produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país. O setor também emprega 74% das pessoas ocupadas no campo, de 10 postos de trabalho no meio rural, sete são de agricultores familiares.

Ainda segundo análises do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019), a importância econômica da agricultura familiar no Brasil relaciona-se ao abastecimento do mercado interno – no Brasil, 70% dos alimentos que chegam à mesa da população são produzidos pela agricultura familiar –, e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros, uma vez que mais de 50% dos alimentos da cesta básica são produzidos pela agricultura familiar.

No entanto, no Brasil, por influência de uma cultura agrícola colonial que se fez hegemônica, somada à chegada da chamada “Revolução Verde” a partir da década de 1940, a preocupação com uma forma sustentável e justa de produção de alimentos embora crescente, ainda situa-se no campo das lutas e da resistência.

A fome, a desnutrição e a insegurança alimentar atingem milhões de pessoas em todo o mundo e isso é um grave problema socioeconômico. Os fatores que levam a essa ocorrência são muitos.

A segurança alimentar das sociedades em várias partes do mundo está ameaçada, assim como a soberania alimentar, visto que foi sendo imposto o mesmo pacote tecnológico para os vários pacotes que os continentes, um pacote que utiliza grandes extensões de terras nos países em desenvolvimento e trabalho precarizado, ameaçando o controle da agricultura pela diversidade de grupos camponeses por todo o mundo. Há um confronto entre diferentes modos de fazer agricultura: uma agricultura do agronegócio hegemônica e homogênea em disputa com uma agricultura de base camponesa. (Dicionário de Educação do campo, p. 688 )

A expansão da monocultura despreza o saber popular, introduz impacto ecológico grave e destrutivo no ambiente. Já a agricultura de base camponesa, tem

como princípio a diversidade e a interação entre cultura e natureza, ou seja, não basta apenas produzir em grande quantidade, é preciso produzir alimentos diversos e de forma sustentável.

Com o processo de “modernização agrícola” (fim da década de 1940), posteriormente chamado de “Revolução verde”, que teve o propósito de produzir em larga escala, através do desenvolvimento de sementes, uso de agrotóxicos, e mecanização no campo, os pequenos agricultores foram perdendo força.

A partir desse processo, acreditava-se que bastaria aumentar a produção de alimentos, que se alcançaria o desenvolvimento do país e se acabaria com a fome. No entanto, logo se percebeu as graves consequências ambientais, sociais e econômicas por ela geradas. Outro grave efeito desse processo foi a saída de grandes populações da zona rural, isso se deu pela modernização do campo, ou seja, a substituição dos trabalhadores rurais pelos grandes maquinários, fato que acarreta uma perda das tradições e de formas de produção locais, associadas a paisagens agrícolas específicas. Por isso a importância da agricultura familiar, justamente para que esses trabalhadores possam não só continuarem no campo, como produzirem seu próprio alimento, preservando as práticas de produção (ABRANDH, 2013, pág. 8).

Mas é na agricultura familiar que está a possibilidade de vida para as pessoas que vivem no campo e do campo.

Um fator muito importante para o fortalecimento da agricultura familiar é a permanência dos jovens no campo. Muitas dificuldades os levam a se deslocarem para as grandes cidades, assim como o envelhecimento dos avós e pais. Com isso o campo vai se tornando uma terra sem sucessão, perdendo os modos de produção, que vão enfraquecendo a cada geração que passa.

Estão perdendo força sistemas alimentares centrados na agricultura familiar, em técnicas tradicionais e eficazes de cultivo e manejo do solo, no uso intenso de mão de obra, no cultivo consorciado de vários alimentos combinado à criação de animais, no processamento mínimo dos alimentos realizado pelos próprios agricultores ou por indústrias locais e em uma rede de distribuição de grande capilaridade integrada por mercados, feiras e pequenos comerciantes. No lugar, surgem sistemas alimentares que operam baseados em monoculturas que fornecem matérias-primas para a produção de alimentos ultraprocessados ou para rações usadas na criação intensiva de animais. Esses sistemas dependem de grandes extensões de terra, do uso intenso de mecanização, do alto consumo de água e de combustíveis, do emprego de fertilizantes químicos, sementes transgênicas, agrotóxicos e antibióticos e, ainda, do transporte por longas distâncias. Completam esses sistemas alimentares grandes redes de distribuição com forte poder de negociação de preços em relação a fornecedores e a consumidores finais. (Guia alimentar para a população brasileira, p.19/20)

O campo precisa cada vez mais de políticas públicas que intensifiquem a permanência dos jovens e de outros sujeitos no âmbito rural, junto de suas famílias, agregando força ao modo de produção sustentável, livre de agrotóxicos.

Com relação ao incentivo à agricultura familiar, importantes avanços vêm sendo alcançados nos últimos anos, sobretudo com a execução de iniciativas como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Ainda que de maneira menos abrangente que o necessário, tais programas vem promovendo o fortalecimento dos agricultores familiares. No entanto, há ainda muito a ser feito. Uma política de reforma agrária efetiva, que garanta, além do acesso à terra, condições para dela se viver, e a regularização fundiária de terras indígenas e quilombolas são condições primordiais para a garantia da soberania e segurança alimentar.

## **CAPÍTULO 2 – O PNAE E A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE FORMOSA (GO)**

### **2.1 Breve contextualização do Programa Nacional de Alimentação Escolar e seu funcionamento**

Garantir alimentação apropriada e de qualidade para a população não é nada fácil, por isso exige que a sociedade seja unida para que esse direito seja a realidade de todos. Para tanto, assegurá-lo exige que setores e entidades estejam envolvidos no desenvolvimento de políticas públicas que garantam esse direito.

Políticas públicas são ações consecutivas, voltadas principalmente para o atendimento das necessidades coletivas, são financiadas principalmente com recursos públicos, e é a forma de efetivar direitos na realidade social. Ela é a principal ferramenta utilizada para coordenar programas e ações públicas, ou seja, não basta apenas que as leis existam, elas precisam de políticas públicas concretas que façam acontecer os direitos sociais.

As políticas públicas são, portanto, a formulação explícita de diretrizes que orientam a ação do poder público. Elas estabelecem regras e procedimentos para as relações entre o poder público e a sociedade. São formuladas e apresentadas em documentos (leis, decretos, planos e programas) que orientam as ações públicas e, normalmente, envolvem a alocação de recursos públicos, oriundos dos impostos arrecadados. É, portanto, a forma de devolução de bens e serviços públicos aos cidadãos que pagaram seus impostos (ABRANDH, 2013, p.138).

As políticas públicas voltadas para a garantia de uma alimentação escolar de qualidade são efetivadas através de programas e projetos, como por exemplo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Com origem na década de 1940, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro)

para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino (FNDE, 2019).

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O PNAE é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e também pelo FNDE, além dos órgãos de controle. São atendidos pelo programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público) (FNDE, 2019).

O CAE tem um papel fundamental para a execução do PNAE, caso não seja constituído ou deixar de cumprir suas pendências e não prestar contas dos recursos recebidos, o FNDE poderá suspender o repasse dos recursos do programa. Todas as etapas, desde o planejamento dos cardápios, a distribuição da merenda aos alunos, a participação no processo de aquisição, controle de qualidade e as análises da prestação de contas dos recursos, realizadas anualmente, são de responsabilidade do Conselho.

O ato de comer, além de satisfazer as necessidades biológicas é também fonte de prazer, de socialização e de expressão cultural. As características dos modos de vida contemporâneos influenciam, significativamente, o comportamento alimentar, com oferta ampla de opções de alimentos e preparações alimentares, além do apelo midiático, da influência do marketing e da tecnologia de alimentos (BRASIL, 2012, p. 14).

O papel da alimentação escolar é reconhecido como um programa para atendimento das necessidades nutricionais da comunidade. Essa perspectiva corresponde aos objetivos do PNAE, que, por ser uma política governamental de âmbito nacional, visa a suprir no mínimo 15% das necessidades nutricionais dos escolares durante sua permanência na escola... (Araki, 2013, p.328).

Os estudantes precisam estar saudáveis e bem alimentados para que obtenham um bom desempenho escolar, afinal a saúde está diretamente ligada à alimentação. Por isso, o Ministério da Saúde também está envolvido na alimentação dos escolares juntamente com o Ministério da Educação. Esses dois setores

governamentais são responsáveis por assegurar a implantação de políticas públicas, de proteção, respeito, promoção e provimento dos direitos humanos à saúde e à alimentação. O Brasil é um exemplo em políticas públicas destinadas a diminuir o consumo de alimentos ultraprocessados por meio da regulamentação das merendas escolares.

Cabe aqui pontuar que recentemente o Brasil teve um grande retrocesso no campo das políticas de saúde e segurança alimentar. Um país que é modelo em políticas públicas para a alimentação, acaba de perder um órgão de assessoramento que integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), isso porque o atual Presidente, Jair Bolsonaro, extinguiu no dia 1º de janeiro, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), por meio de medida provisória. O CONSEA é composto por representantes da sociedade civil e representantes governamentais, tendo em vista à elaboração e execução de políticas públicas voltadas à Segurança Alimentar.

Com a Lei nº 11.947/2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

O programa funciona através de chamada pública e possibilita a aquisição de alimentos da agricultura familiar, as vantagens para os municípios são variadas, beneficia os agricultores familiares, impulsiona a economia local, valoriza os produtos regionais, aumenta a comercialização dos produtos de pequenos produtores, sem contar que são alimentos frescos e de qualidade para a alimentação escolar.

A aquisição dos produtos da agricultura familiar pode ser realizada por meio de Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório, que excluiria grande parte dos pequenos agricultores do acesso a esse programa. Todo o processo é regulamentado pela Resolução CD/ FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, (atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015) e conta com o “Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação



Escolar”, que tem como objetivo apresentar o passo-a-passo do processo de aquisição da agricultura familiar.

## PASSO A PASSO

*Compra direta dos produtos da agricultura familiar para alimentação escolar*



Manual de aquisição de produtos da agricultura familiar, FNDE/PNAE, p 9.

### 2.2 Agricultura familiar e alimentação escolar em Formosa-GO

Nas escolas situadas no município de Formosa, as responsáveis pela elaboração do cardápio afirmaram que os 30% destinados à compra de alimentos da agricultura familiar quase sempre são utilizados. Afirmaram que, no início, houve dificuldade para se cumprir esse percentual, porque o setor responsável pela compra da alimentação escolar teve dificuldades em encontrar agricultores interessados em participar do processo.

Funcionários da Secretaria de Agricultura de Formosa confirmaram a informação e agregaram que, em termos de valores, o município consegue alcançar até mais de 30 % destinados a compra de alimentos da agricultura familiar, porém, aproximadamente 10% dos fornecedores são produtores locais. Afirmaram ainda que o município tem produtores suficientes para cumprir esse papel, contudo, poucos têm conhecimento de políticas públicas que favorecem a agricultura familiar. E aqueles que têm conhecimento enfrentam problemas com a documentação, como

a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) ou com o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

A DAP é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da Agricultura Familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas. Esse documento funciona como uma identidade do pequeno produtor, permitindo que as famílias acessem as políticas públicas destinadas à produção e à geração de renda. O CNPJ é exigido aos produtores rurais comprometidos a fornecer produção em larga escala e precisam de um registro legal de seu negócio.

Outro problema é a pouca divulgação. Os funcionários da Prefeitura entrevistados atestaram que a chamada pública é divulgada, por meio de redes sociais, sites, nas associações ou para aqueles produtores individuais que procuram os órgãos responsáveis pela alimentação escolar. Mas os mesmos funcionários admitem que a divulgação é pequena e falha, um deles até sugeriu que a chamada fosse divulgada em rádio, pois seria um meio de alcançar maior número de produtores.

Tanto a secretaria de educação quanto a de agricultura não tem os dados de quantos agricultores familiares existem no município, apenas os que fornecem alimentação para a escola, que no ano de 2018 foram 4 cooperativas e 5 agricultores individuais.

O processo de compra da agricultura familiar para a alimentação escolar acontece desde 2010 em Formosa (GO), feito através de chamada pública em edital (ANEXO I), da seguinte forma:

A Secretaria de Educação e a de Agricultura lança o edital da chamada pública. A Secretaria de Agricultura fica responsável por assessorar os produtores rurais que os procuram e informar as associações e cooperativas sobre a chamada pública.

Os agricultores e cooperativas habilitadas passam a fazer as entregas dos alimentos nas escolas. Em 2018, as cooperativas participantes foram: Cooperval

(assentamento Vale da Esperança- Formosa), Pro-rural (Planaltina de Goiás), Nossa Terra (Sul do país) e Cop Cerrado (Goiânia) e os produtores individuais.

O município de Formosa não é abastecido apenas pela agricultura local. O fornecimento de alimentos para as escolas, por exemplo, vem de cooperativas de Goiânia, do Sul do país, de Planaltina de Goiás e uma parte de cooperativas e produtores individuais do próprio município.

Além dos alimentos adquiridos da agricultura familiar, há outros produtos que não fazem parte dela, esses são obtidos das empresas através de processos licitatórios. Os alimentos perecíveis são entregues na escola semanalmente. Aqueles que estão impróprios para consumo são devolvidos aos produtores, que fazem a troca. Já os alimentos não perecíveis são entregues mensalmente, tanto os fornecidos pela agricultura familiar, quanto pelas demais empresas.

A responsabilidade pela elaboração do cardápio escolar é das nutricionistas. Ele é montado de acordo com a realidade do município, em algumas escolas a aceitabilidade é boa, já em outras não, depende do setor que ela esta situada, ou da realidade de cada estudante. As nutricionistas afirmaram que depende dos costumes das crianças, dos hábitos alimentares e faixa etária, uns aceitam bem, outros não. Por isso as políticas públicas na alimentação escolar são um importante passo, pois é nessa fase que as crianças desenvolvem seus hábitos alimentares.

Fatores como escola, rede social, condições socioeconômicas e culturais são vistos como parceiros da família, de forma a contribuir na construção dos hábitos alimentares saudáveis das crianças. (ARAKY, 2013, p.10)

E ainda:

A família tem um papel determinante na formação dos hábitos alimentares saudáveis na infância, visto que a modificação de um hábito alimentar durante a fase adulta apresenta, de forma geral, alta taxa de insucesso. Desse modo, apresenta-se o contexto familiar como um potente fator de influência na adoção de hábitos alimentares das crianças, ratificando a importância dos familiares em atividades educativas realizadas dentro da escola (ARAKY, 2013, p.10).

O cardápio (ANEXO II) é montado após ser avaliado o tipo de alimento que os Agricultores Familiares têm a oferecer. É desenvolvido um cardápio para o mês todo,

dividido em quatro semanas: na 1ª semana do mês segue-se o cardápio 1, na 2ª, segue-se o cardápio 2, e assim sucessivamente até a última semana do mês (como um ciclo).

Os agricultores familiares são avisados dos produtos que vão entregar na escola pelo departamento responsável pela alimentação escolar. Os alimentos são pedidos de acordo com o cardápio, esse por sua vez é elaborado de acordo com os produtos que os agricultores têm. Ou seja, o cardápio é feito a partir do que o produtor tem a oferecer. Mas ainda há muito que melhorar, há uma quantidade bem maior de agricultores familiares com outras variedades de alimentos, que muitas vezes deixam de produzir por não conhecerem programas como o PNAE, ou pela burocracia que enfrentam com a documentação.

Os agricultores que integram o Programa de Alimentação Escolar em Formosa fornecem mandioca, cenoura, beterraba, batata doce, banana, melancia, polpa de fruta, farinha, barrinha de cereal, bolacha feita de baru, batata inglesa e abobrinha.

Algumas vezes acontecem atrasos por parte das cooperativas mais distantes. Quando esses atrasos ocorrem ou faltam produtos, o cardápio é substituído pelo do dia seguinte. Se algum produto que faz parte do cardápio da semana não é entregue, as próprias merendeiras montam um cardápio substitutivo.



Alimentos da agricultura familiar entregues ao PNAE em Formosa

### **CAPÍTULO 3 – A REALIDADE DA ESCOLA PROFESSORA MARIA DAS DORES BARBOSA DE QUAIROZ: MAIOR VARIEDADE E QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR A PARTIR DA INSERÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**

A alimentação escolar advinda da agricultura familiar reflete diretamente na qualidade da alimentação dos estudantes que, além de terem uma alimentação saudável, com variedade de produtos, atende a realidade dos mesmos.

A ampliação da oferta de alimentos adequados e saudáveis nas escolas como frutas e hortaliças a partir da compra da agricultura familiar, a promoção de atividades de produção de alimentos e hortas escolares pedagógicas nas escolas desde a educação infantil e o reforço da atuação do controle social são algumas ações que vêm sendo discutidas n âmbito do PNAE.

A gestora da escola Maria das Dores, as merendeiras e as nutricionistas asseguram que os alimentos da agricultura familiar que chega a Escola são frescos, variados e de boa qualidade, apenas a mandioca deixa a desejar, às vezes. Assim, com alimentos diversos, a variação do cardápio é uma consequência, “novos produtos, novas receitas”.



Exemplo de preparação culinária na Escola Maria das Dores



Despensa da Escola

Segundo os estudantes entrevistados para o estudo, apesar de afirmarem a melhoria da alimentação escolar, observam que os professores pouco conversam sobre alimentação dentro e fora da sala de aula. Às vezes falam de alguns alimentos que devem ser evitados, mas não se aprofundam no campo da educação alimentar. No entanto, embora o tema da alimentação saudável seja pouco abordado em termos pedagógicos, na prática, as merendeiras da escola afirmam que a preparação do lanche é sempre diversificada, composta por legumes e frutas frescas e de qualidade.

A escola possui ainda uma horta, que foi recriada em 2017. A ideia de refazê-la foi da vice-diretora, porém a execução foi de dois merendeiros da escola. Nela se cultiva cebolinha, couve e cheiro verde, que são usados no lanche dos estudantes. A horta é pequena, possui apenas quatro canteiro em razão do espaço disponível. Na horta não se utiliza nem um tipo de agrotóxico e a terra é adubada com esterco de gado e adubo orgânico (aquilo que resta do lanche dos estudantes e cascas de frutas e verduras).

Com o objetivo de sistematizar os resultados do estudo em função dos objetivos de pesquisa, foram criados, a partir dos conceitos desenvolvidos no trabalho, cinco indicadores de cumprimento dos princípios da Segurança e Soberania Alimentar na Escola Maria das Dores:

- Acesso regular e permanente à alimentação escolar (saber se tem merenda todos os dias);

- Oferta de alimentos adequados e saudáveis, ou seja, aqueles minimamente processados nas escolas, como frutas, verduras e hortaliças;
- Quantidade suficiente de alimentos;
- Aquisição de alimentos da agricultura familiar;
- Desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricionais com a comunidade escolar. Promoção de hortas escolares.

Na escola Maria das Dores, **o acesso à alimentação** é regular até mesmo em dias onde o horário é reduzido. As merendeiras preparam o lanche de acordo com o cardápio elaborado pelas nutricionistas. Quando acontece a falta de algum alimento para a preparação do cardápio do dia, as responsáveis pela preparação da merenda antecipam o cardápio do dia seguinte, ou preparam o lanche a partir dos produtos que têm na escola. Nos períodos pós-férias, geralmente acontecem atrasos nas entregas dos alimentos, principalmente no início do ano, pois a chamada pública acontece anualmente e, nesse período, a Secretaria de Educação ainda esta na fase de contratação.

A **oferta de alimentos** na escola Maria das Dores, desde a implementação da Lei 11.947/ 2009 é minimamente processada. O lanche é feito na escola, pouco tempo antes de ser servido. Apenas a bolacha já vem pronta, e esse tipo de alimentação é servida apenas uma vez por semana. Alimentos como frutas e verduras são servidos diariamente, todas as preparações incluem um tipo de verdura ou são acompanhadas de uma fruta.

A **quantidade de alimentos** oferecidos na escola é baseada na per capita para cada estudante, para isso as merendeiras fazem a contagem dos estudantes diariamente, assim elas têm o controle da quantidade a ser feita. Quando sobra lanche, as merendeiras chamam as turmas de alunos que se alimentam de uma quantidade maior, para repetição. Dessa forma, não há desperdício de alimentos.

Com a **aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar**, ambas as partes ganharam em Formosa. A alimentação escolar passou a



ser mais saudável e variada, e a agricultora familiar na região obteve autonomia na produção de alimentos que condizem com a realidade local.

(...) o termo agricultura familiar acena para um padrão ideal de integração diferenciada de uma heterogênea massa de produtores e trabalhadores rurais. Tal integração se legitima por um sistema de atitudes que lhe está associado, denotativo da inserção num projeto de mudança da posição política. Por esse engajamento, os agricultores que aderem ao processo de mobilização tornam-se solidários na disputa por créditos e serviços sociais e previdenciários; na demanda de construção de mercados e de cadeias de comercialização menos expropriadoras; na reivindicação de assistência técnica correspondente aos processos de trabalho e produção que colocam em prática; na reivindicação do reconhecimento como protagonistas em processo de tomada de decisões políticas que lhes digam respeito ou que sobre eles intervenham- o que equivale tentar interferir nos padrões de apropriação de recursos públicos por outros seguimentos e produtores do setor agropecuário brasileiro. (NEVES, 2013, p. 35; 36 ).

A inserção da agricultura familiar na alimentação escolar fortaleceu o conceito de soberania alimentar no âmbito escolar, pois os estudantes passaram a consumir alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, alimentos produzidos a partir da realidade local, de suas tradições e cultura.

**Desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricionais com a comunidade escolar. Promoção de hortas escolares.** Uma forma de trazer para os estudantes o conhecimento sobre a alimentação é promover hortas escolares, assim os educadores podem não apenas falar sobre alimentação saudável, como também contribuir para a alimentação escolar. As hortas escolares contribuem para um ensinamento interdisciplinar, uma vez que o mesmo objeto utilizado para ensinar sobre alimentação, pode ser utilizado também para ensinar outras disciplinas. Na Escola Maria das Dores há uma pequena horta, onde se plantam alguns condimentos para serem utilizados na alimentação dos estudantes.

É de suma importância que a escola desenvolva ações de educação alimentar e nutricionais com a comunidade escolar, essa é uma forma de levar a todos o conhecimento sobre a alimentação saudável e adequada a que todos têm direito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação influencia diretamente na saúde, repercute na imunidade, diminui as chances de uma pessoa ficar doente e ajuda na sua recuperação mais rapidamente.

Uma alimentação incompleta pode não oferecer os nutrientes necessários para o bom funcionamento do organismo. Uma alimentação saudável precisa de variedade, comer apenas um ou dois tipos de alimentos não é suficiente, pois os minerais e nutrientes que existem em um alimento, não necessariamente existirão em outro. O ideal é ter sempre um prato colorido.

Uma alimentação adequada e saudável precisa ser balanceada, priorizar os alimentos *in natura* e pouco processados. Os alimentos ultraprocessados devem ser evitados, pois eles são ricos em gorduras, sódio e açúcar, contribuindo para o desenvolvimento de doenças cardíacas, diabetes e vários tipos de cânceres. Na última década intensificou-se a mudança na alimentação dos brasileiros, que vêm trocando preparações culinárias regionais e saudáveis por produtos industrializados.

Esse era o cenário alimentar praticado na Escola Maria das Dores Barbosa de Queiroz (Formosa-GO) há cerca de 10 anos. Muitos produtos industrializados eram utilizados no lanche, e não se via alimentos como frutas e verduras. Desse passado, ainda presente em muitas escolas, surgiram vários questionamentos: porque um lugar onde o principal objetivo é educar, não ensina e não pratica a alimentação saudável? Porque um lugar cercado de chácaras e comunidades onde se produz tantos alimentos saudáveis, não fazia o consumo desses alimentos? Por que era necessário trazer alimentos de longe, na maioria das vezes alimentos que não condiziam com a sua cultura alimentar?

Muitos agricultores familiares, que produzem vários tipos de alimentos, não têm recursos financeiros para investirem em seus roçados e/ou não têm a quem vender, gerando um ciclo perverso de empobrecimento, desigualdade e saída do campo.

A partir da criação da Lei nº 11.947/2009, somada a outras políticas e programas públicos de incentivo à agricultura familiar como o PAA, os pequenos produtores passaram a ter mais condições de viver no campo e do campo. Essa

medida impulsionou o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades e deu um grande passo para uma alimentação saudável no ambiente escolar. Por isso, é tão importante que esse tema seja continuamente estudado nos diferentes territórios e comunidades.

A continuidade e fortalecimento do mercado institucional da alimentação escolar, que não visa o lucro com suas compras por parte dos agentes governamentais, é essencial para que muitos agricultores familiares encontrem uma forma de permanecer no campo por meio da venda perene de seus gêneros alimentícios, sejam eles “in natura” ou beneficiados.

Os desafios são muitos, mas eles precisam ser superados para que as famílias e comunidades possam encontrar na agricultura familiar perspectivas econômicas e políticas, aperfeiçoando ou dando continuidade a um sistema produtivo e cultural local, sustentado em circuitos curtos de produção e consumo.

Um importante passo foi dado em direção à garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da comunidade escolar do município de Formosa. Mas a caminhada é longa, ainda há muito a fazer para que o Direito Humano à Alimentação e o Direito à Saúde sejam efetivamente garantidos para todos(as) os(as) brasileiros(as).

## REFERÊNCIAS

ABRANDH, IBASE. **Projeto agricultura familiar alimentação escolar e a realização do direito humano a alimentação adequada**. Relatório de pesquisa, Brasília, 2012.

ABRANDH. Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional** / organizadora, Marília Leão. – Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p.

ARAKI, Bogus, Mancuso, Westphal. **O papel da alimentação escolar na formação dos hábitos alimentares**. Erica Lie Araki, Claudia Maria Bógus, Ana Maria Cervato-Mancuso, Marcia Faria Westphal. Faculdade de Saúde pública de São Paulo. São Paulo. 2013

ARRUDA, Carla Rosana paz. Marco legal do **Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e prática na aquisição de alimentos**. Carla Rosana Paz Arruda. Revista de nutrição, Campinas, 25(5) 657-668 set/out., 2012

BOSQUILA, Papitone. **A soberania alimentar e o programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Piracicabana (SP)- concepções e redefinições** / Samira Gaiad Cibim de Camargo Bosquila, Maria Angélica Penatti Papitone. Universidade de São Paulo-USP. Segurança Alimentar e Nutricional Campinas 23(2): 973-983, 2016

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas públicas para a agricultura familiar**. Outubro 2013

\_\_\_\_\_, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. 2012.il

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. **Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar**. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o->

%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar Acesso: Fev, 2019.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar**. 2ª ed. FNDE nº 4/ 2015

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde**, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.156 p.: il

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2017 Saúde Suplementar: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.140 p.: il.

CONSEA NACIONAL. **GT Alimentação Adequada e saudável. Relatório Final**. Março, 2007. Disponível em [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwidu9\\_d3\\_LgAhUmFLkGHXJKAGYQFjAAegQICRAC&url=http%3A%2F%2Fwww4.planalto.gov.br%2Fconsea%2Feventos%2Fplenarias%2Fdocumentos%2F2007%2Frelatorio-final-marco-2007-02.2007%2F%40%40download%2Ffile%2Fdocumento-final-alimentacao-adequada-e-saudavel.pdf&usg=AOvVaw088fsy1W8o5hn5KvN09Kts](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwidu9_d3_LgAhUmFLkGHXJKAGYQFjAAegQICRAC&url=http%3A%2F%2Fwww4.planalto.gov.br%2Fconsea%2Feventos%2Fplenarias%2Fdocumentos%2F2007%2Frelatorio-final-marco-2007-02.2007%2F%40%40download%2Ffile%2Fdocumento-final-alimentacao-adequada-e-saudavel.pdf&usg=AOvVaw088fsy1W8o5hn5KvN09Kts)

\_\_\_\_\_. **Conceitos**. Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos>. Acesso fev, 2019

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horacio Martins de. **“Soberania Alimentar”**. DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO. Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigoto (orgs) – 3. Ed., reimpr. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programas suplementares, PNAE (Histórico)**. Disponível em

<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso: Fev, 2019a.

\_\_\_\_\_. **Agricultura Familiar**. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-agricultura-familiar>. Acesso: Fev, 2019b.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**/ MARCONI, Marina de Andrade, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MEC, **Monitores passam por curso de capacitação sobre novas regras**, publicado em 02/abr/2013. <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34003-lei-n-11-947-2009> Acesso em: 14/fev/2019

PAULA, Kamimura, Silava. **Mercados institucionais na agricultura familiar dificuldades e desafios**. Ano XXIII- Nº1- jan/fev/mar. 2014

POLLAN, Michael. **Em defesa da comida** / Michael Pollan; tradução de Adalgisa Campos da Silva. — Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008. 272p.

Anexo I



2

**ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2018  
PROCESSO Nº 329680.**

**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR  
E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL**

A Prefeitura Municipal de Formosa, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Rui Barbosa, nº 208, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 01.738.780/0001-34, representada neste ato pelo Prefeito, Ernesto Roller, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art.14 da Lei 11.947/2009 e na Resolução FNDE/ CD n.º 026, 17 junho de 2013, pela Resolução FNDE/ CD n.º 01-8 Fev.2017, através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar Chamada Pública para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o período de Até 31 de Dezembro de 2019. Os Grupos Formais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no dia 08 de janeiro de 2019, às 09:00 horas, na Sala da Comissão Permanente de Licitação com sede à Praça Rui Barbosa, nº 208, Centro.

**1. Objeto**

O objeto da presente Chamada Pública é a de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo.

**2. Fonte de recurso**

Recursos provenientes do PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – FNDE – PNAE

PODER EXECUTIVO	DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	ELEMENTO DE DESPESA
MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	12.01.12.306.0118.2.341	33.90.30 (00) MATERIAL DE CONSUMO

**3. Envelope nº. 001 – HABILITAÇÃO**



2

## Anexo II:

**PER CAPTA  
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
Escolas de turno regular - 2018**

Gênero	Quantidade
Achocolatado	10g
Açúcar	20g
Arroz	40g
Barinha de cereal	1 unid
Bolacha (6 und)	40g
Carne moída, músculo, charque	30g
Cebola	1g
Colorau/Açafrão	1g
Canjica	20g
Extrato de tomate	20g
Farinha de mandioca	20g
Feijão	20g
Frango	60g
Leite	180 ml
Legumes	50g
Leite pasteurizado (canjica)	80ml
Leite pasteurizado (para beber)	180ml
Leite em pó	10g
Linguiça	20g
Macarrão	40g
Margarina	5g
Mingau	55g
Óleo	5 ml
Pão	1 unid
Polpa de fruta	40g
Sal	Até 1g
Salsicha	30g



## Cardápio de Alimentação Es

URBANA REGUL

1ª Semana	Leite achocolatado com bolacha cream cracker Kcal: 260 CHO:44g PTN:5,6g LIP:7,2g
	Galinhada com cenoura <i>fruta</i> Kcal: 221 CHO:13,3g PTN:14,6g LIP:9,5g
	Arroz carreteiro <sup>1</sup> com abobrinha <sup>2</sup> <sup>1</sup> Kcal: 212 CHO:16,5g PTN:17,5g LIP:3,45g <sup>2</sup> Kcal: 7,5 CHO:1,5g PTN:0,55g LIP:0,1g
	Caldo de abóbora com mandioca frango Kcal: 210 CHO:22,8g PTN:16,02g LIP:9,59g
	Macarrão(parafuso) com molho vermelho Kcal: 216 CHO:35g PTN:7,5g LIP:5,4g

2ª Semana	Vitamina de polpa com barrinha de cereal Kcal: 256 CHO:43 g PTN:3,9 g LIP:7,3g
	Arroz com músculo <sup>1</sup> e batata doce <sup>2</sup> <sup>1</sup> Kcal: 212 CHO:16,5g PTN:17,25g LIP:3,45g <sup>2</sup> Kcal: 39 CHO:9,2g PTN:0,6g LIP:0,05g
	Galinhada com cenoura Kcal: 221 CHO:13,3g PTN:14,6g LIP:9,5g
	Iogurte com fruta Kcal: 363 CHO:66g PTN:8g LIP:2,8g
	Farofa de frango com suco de polpa Kcal: 90 CHO:15g PTN:4,6g LIP:1,3g

3ª Semana	Arroz Doce	Kcal: 151 CHO:31g PTN:3g LIP:5g
	Pão de sal com carne moída e suco de polpa	Kcal: 319 CHO:56g PTN:12,86g LIP: 4,89g
	Baião de três	Kcal: 240 CHO:27g PTN:16,9g LIP:8g
	Quibebe de carne com mandioca	Kcal: 150 CHO:12,04g PTN:9,6g LIP:5,12g
	Galinhada <sup>1</sup> com beterraba <sup>2</sup>	<sup>1</sup> Kcal: 166 CHO:10g PTN:11g LIP:7,13g
		<sup>2</sup> Kcal: 16 CHO:3,6g PTN:0,65g LIP:0,05g

4ª Semana	Mingau	Kcal: 224 CHO:48g PTN:3,8g LIP:2,8g
	Cachorro quente com suco de polpa	Kcal: 418 CHO:69g PTN:14,4g LIP:24,6g
	Galinhada com cenoura	Kcal: 221 CHO:13,3g PTN:14,6g LIP:9,5g
	Feijão tropeiro com linguiça	Kcal: 161 CHO:23g PTN:7g LIP:5g
	Macarrão (espaguete) a Bolonhesa	Kcal: 216 CHO:35g PTN:7,5g LIP:5,4g

OBS: As preparações de sal devem ser acompanhadas por vegetais